

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NOS ANOS DE NEOLIBERALISMO

LIMA, Kátia Regina de Souza. – UFF – katiasklima@globo.com

GT: Política de Educação Superior / n.11

Agência financiadora: Sem Financiamento

Apresentação

Este trabalho tem como objetivo analisar os principais condicionantes da relação estabelecida entre a opção política dos governos Cardoso e Lula da Silva em manter o pagamento da dívida pública brasileira¹, externa e interna, e a sistemática diminuição do financiamento público da educação superior. Em um primeiro momento, o texto recupera os conceitos de capitalismo dependente e padrão compósito de hegemonia burguesa, elaborados por Florestan Fernandes, para fundamentar a apreensão do significado político da histórica exportação do excedente econômico produzido em nosso país para os países centrais.

O item *Dívida pública brasileira nos anos de neoliberalismo* analisa o privilegiamento do pagamento da dívida pública em detrimento da alocação de verba pública para o financiamento das políticas sociais, com destaque para a política de educação superior, realizado no governo Cardoso (1995-2002) e no governo Lula da Silva (2003-2005).

Por fim, o texto indica alguns elementos do debate sobre a proposta de conversão da dívida por financiamento para a educação defendida pelos organismos internacionais do capital e pelo governo brasileiro, destacando as análises críticas e as ações políticas realizadas pelos movimentos que compõem a *Campanha Jubileu Brasil*² em defesa do cancelamento do pagamento da dívida, da ampliação do financiamento público para as políticas sociais e contra o processo de reversão neocolonial em curso no Brasil nos anos de neoliberalismo.

Significado político e econômico da dívida pública

¹ Por dívida pública entendo o montante de verba solicitado pelos governos brasileiros sob a forma, tanto de empréstimos externos, em dólares, como de empréstimos em moeda nacional.

² A Campanha Jubileu Brasil é organizada por um amplo conjunto de sindicatos e movimentos sociais, organizações populares e religiosas que atua na América Latina e Caribe, África, Ásia e o Pacífico, articulando a luta contra o pagamento da dívida pública dos países periféricos, a ALCA e a militarização.

A análise do significado político e econômico da dívida pública brasileira, externa e interna, e suas conseqüências para a redução do financiamento público das políticas sociais deve partir da retomada do conceito de capitalismo dependente elaborado por Florestan Fernandes. Este conceito constitui-se como importante instrumental analítico para compreensão da forma de inserção do Brasil na economia mundial e da configuração da luta de classes em nossa formação econômico-social, uma inserção subordinada aos interesses econômicos e políticos dos países imperialistas e, ao mesmo tempo, articulada aos interesses da burguesia brasileira em reproduzir, internamente, relações de dominação ideológica e exploração econômica.

Ao longo de sua obra, Florestan Fernandes analisa como, no Brasil, a associação das oligarquias com os setores intermediários em formação terá como objetivo preservar e intensificar os privilégios das camadas dominantes que se ajustarão aos interesses sócio-econômicos requeridos pelo capitalismo monopolista, constituindo um padrão compósito de hegemonia burguesa, produto do capitalismo dependente (Fernandes, 1975). A dominação imperialista produz desta forma uma especialização das nações periféricas, garantindo, através deste padrão de hegemonia, a expropriação compartilhada dos excedentes econômicos, sob a direção política da burguesia brasileira. Esta composição política entre burguesia brasileira e capital internacional acomodando, inclusive, os interesses mais arcaicos de determinadas frações de classe e a exclusão ou a busca do consenso passivo ou ativo das massas populares, não é um fenômeno historicamente datado, mas uma característica inerente à ação das burguesias dos países periféricos. Estas referências indicam que, em países periféricos e dependentes como o nosso, a questão da dívida pública assume um caráter particular, na medida em que

“o controle externo dos ‘negócios de exportação e de importação’, bem como da construção de uma rede moderna de comércio, bancos e outros serviços, redundavam num processo de capitalização para fora, ou seja, de exportação do excedente econômico como conseqüência da integração dependente na economia capitalista mundial” (Fernandes, 1968, p.46).

Encontram-se, portanto, na raiz destas características particulares a forma de inserção da economia brasileira na economia mundial e o aprofundamento desta forma de inserção no atual estágio da acumulação capitalista. Desde épocas remotas, os governos brasileiros solicitam empréstimos para cobrir os juros não pagos dos empréstimos anteriormente realizados. Estes empréstimos beneficiavam tanto os banqueiros internacionais, como a burguesia brasileira, que repartia com o conjunto da

sociedade o pagamento dos juros das dívidas. Este processo será aprofundado enormemente com a instauração do regime burguês militar e com as crises, internacional e nacional, dos anos de 1980, fazendo com que este padrão de desenvolvimento impulsionasse os países centrais a realizarem uma incorporação devastadora dos países periféricos ao seu projeto expansionista.

Nos anos de neoliberalismo este processo se agravou. As reformas neoliberais, como manifestações mais evidentes da dominação imperialista na atualidade, garantem a expropriação dos excedentes econômicos produzidos no país, sob a direção política da burguesia brasileira, parceira do capital internacional, e da burocracia sindical e partidária dos trabalhadores convertida à ordem do capital³. Um processo identificado por Harvey (2004) como “acumulação por desapropriação”.

“Esta ‘acumulação por desapropriação’ assume muitas formas. Mão-de-obra barata é rapidamente saqueada e quanto mais barata e dócil, melhor. As taxas de lucro das empresas norte-americanas são duas vezes mais altas no estrangeiro do que internamente. Os direitos comuns de propriedade (água, território, etc.) estão a ser privatizados. Populações de camponeses desfazem-se dos seus terrenos. O meio-ambiente é degradado. Patentes de direitos para tudo desde materiais genéticos, sementes, produtos farmacêuticos até idéias permitem extrair dinheiro de populações com baixos rendimentos. Bens fundamentais como a educação e cuidados de saúde são tornados comercializáveis (...)”.⁴

Dívida pública brasileira nos anos de neoliberalismo

Ao longo do governo Cardoso, os cortes de verbas públicas com as áreas sociais; o aprofundamento da política de privatização; as altas taxas de juros; o contingenciamento do Orçamento Geral da União para o pagamento das dívidas externa e interna, sob a direção dos organismos internacionais do capital, ampliam o desemprego e as desigualdades sociais e econômicas no nosso país. Esses organismos internacionais realizam um conjunto de empréstimos aos países periféricos, como o Brasil, condicionando-os à execução de reformas econômicas e políticas ordenadas pela redução da alocação da verba pública para financiamento das políticas sociais, sob a aparência de resolução de uma suposta crise fiscal do Estado (Leher, 1998). Para o projeto burguês de sociabilidade, o Estado, na periferia do sistema, deve financiar e implementar políticas focalizadas no “alívio da pobreza extrema” e efetivar um

³ Sobre a conversão da burocracia sindical e partidária dos trabalhadores à ordem do capital consultar Dias, 2006, especialmente a segunda parte intitulada “Elementos para a análise do governo Lula (notas de conjuntura)”.

⁴ Disponível em http://resistir.info/varios/neoliberalismo_ago04_port.html Acesso em março de 2006.

conjunto de parcerias com o setor privado, brasileiro e internacional, para o financiamento e implementação das políticas consideradas como setores não exclusivos do Estado, identificadas pelo conceito de público não-estatal, expresso no *Plano Diretor da Reforma do Estado*, elaborado no governo Cardoso (Brasil/MARE, 1995).

É neste setor de atividades não exclusivas do Estado que está a educação superior. A partir de 1995, o governo Cardoso imprimirá uma determinada concepção de educação superior, entendendo-a como um conjunto complexo de instituições públicas e privadas, do qual as universidades são partes do sistema, mas que não devem responder a todas as demandas da sociedade em matéria de ensino pós-médio, conforme expressão do Banco Mundial (1994). Este discurso fundamentará a política de privatização da educação superior, via diversificação das instituições e dos cursos e diversificação de suas fontes de financiamento, fazendo com que

“de modo complementar ao MARE, na questão da Reforma do Estado, mas com uma atuação incisiva no propósito de profunda reestruturação do sistema de educação superior, o MEC tenha se destacado pelo implemento de uma série de medidas de ordem legal (LDB, Decretos, Portarias, envio ao Congresso Nacional de Medidas Provisórias, Propostas de Emendas Constitucionais), além de articulado àquele Ministério e aos Ministérios da área econômica, contingenciar recursos de custeio e capital, desautorizar o preenchimento, via concurso, das vagas docentes e de funcionários, congelar salários de docentes e funcionários das Instituições Federais de Ensino Superior(IFES)” (Silva Jr.e Sguissard, 1999, p.46).

Uma importante referência da crescente desresponsabilização do Estado com a educação foi a aprovação do Plano Nacional de Educação durante o governo Cardoso. O PNE foi aprovado com nove vetos presidenciais, anulando os subitens do *Plano* que promoviam alterações ou ampliavam recursos financeiros para a educação, sendo que a maioria dos vetos estava diretamente relacionada com a educação superior, a saber: 1) a proposta de ampliação da oferta de ensino público, de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total das vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novas instituições privadas de educação superior; 2) a proposta de assegurar, na esfera federal, através de legislação, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Superior, constituído, entre outras fontes, por, pelo menos 75% dos recursos da União vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino e destinados à manutenção e expansão da rede de instituições federais; 3) o indicativo de ampliação do programa de crédito educativo, associando-o ao processo de avaliação das instituições privadas e agregando contribuições federais e estaduais, e,

tanto quanto possível, das próprias instituições beneficiadas, de modo a atender a, no mínimo, 30% da população matriculada no setor privado, com prioridade para os estudantes de menor renda; 4) a ampliação do financiamento público à pesquisa científica e tecnológica, através das agências federais e fundações estaduais de amparo à pesquisa e da colaboração com as empresas públicas e privadas, de forma a triplicar, em dez anos, os recursos atualmente destinados a esta finalidade; 5) a elevação, na década, através de esforço conjunto da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, do percentual de gastos públicos em relação ao PIB, aplicados em educação, para atingir o mínimo de 7%. Para tanto, os recursos devem ser ampliados, anualmente, à razão de 0,5% do PIB, nos quatro primeiros anos do Plano e de 0,6% no quinto ano; 6) a garantia de recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de aposentados e pensionistas do ensino público na esfera federal, excluindo estes gastos das despesas consideradas como manutenção de desenvolvimento do ensino e 7) a orientação dos orçamentos nas três esferas governamentais, de modo a cumprir as vinculações e subvinculações constitucionais, e alocar, no prazo de dois anos, em todos os níveis e modalidades de ensino, valores por aluno, que correspondam a padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos nacionalmente.

A desresponsabilização do Estado com a educação superior ocorreu, portanto, através da do estímulo ao empresariamento deste nível de ensino, seja pela abertura de novos cursos privados e/ou da imposição de uma lógica empresarial à formação profissional e, simultaneamente, pela redução de verbas públicas para o financiamento da educação superior pública. Este duplo mecanismo fica evidente quando analisamos o quadro abaixo indicado. No último ano do governo Cardoso foram gastos R\$13.222.750 com a educação, enquanto o pagamento dos encargos da dívida pública, externa e interna, computou um total de R\$ 119.547.325⁵:

Governo Federal – Relatório resumido da execução orçamentária 2002.

Orçamento (itens selecionados)	Previsto (R\$ mil) (Dotação Anual)	Realizado (R\$ mil) (Valores Liquidados)	Liquidado (%)
Segurança Pública	2.516.590	2.202.449	87,52
Assistência Social	6.611.338	6.513.151	98,51
Saúde	26.969.885	25.434.639	94,31
Educação	14.656.465	13.222.750	90,22
Cultura	377.703	239.527	63,42
Urbanismo	797.140	486.549	61,04

⁵ Disponível em <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/> Boletim Auditoria Cidadã da Dívida n.5 14/02/03 Acesso em março de 2006.

Habitação	226.099	127.169	56,24
Saneamento	248.984	97.143	39,02
Gestão Ambiental	2.831.396	1.264.882	44,67
Ciência e Tecnologia	2.198.179	1.506.710	68,54
Agricultura	8.615.611	5.500.405	63,84
Organização Agrária	1.580.406	1.380.606	87,36
Energia	8.323.374	7.819.225	93,94
Transporte	7.645.246	5.142.471	67,26
TOTAL DOS GASTOS SOCIAIS	83.598.416	70.937.676	84,86
SERVIÇO DA DÍVIDA	123.953.016	119.547.325	96,45
Serviço da Dívida Interna	97.379.893	95.286.001	97,85
Serviço da Dívida Externa	26.573.123	24.261.324	91,30

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal e Outros Demonstrativos, Dezembro, pág 12. Disponível no site: http://www.stn.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/gestao_orcamentaria.asp

Diante deste quadro, um conjunto de movimentos sociais, através da *Campanha Jubileu Brasil*, organizou, em setembro de 2000, um Plebiscito Nacional da Dívida, quando seis milhões de brasileiros exigiram a suspensão do pagamento da dívida e a realização de uma auditoria dos contratos até então efetivados. Entretanto, o governo Cardoso ignorou o Plebiscito e manteve seus acordos e contratos com os organismos internacionais⁶. Duas ações articuladas aos organismos internacionais ocorreram ao final do segundo governo Cardoso: em setembro de 2001, o governo estabelece um novo acordo com o FMI, referente ao período entre setembro de 2001 a dezembro de 2002, indicando o aumento do superávit primário (3,5% do PIB para 2003 e 2004) e, em dezembro de 2002, envia uma *Carta de Intenção* ao Fundo, avaliando suas principais ações e apresentando as ações que já estavam sendo assumidas pelo novo bloco no poder que conduziria o país a partir de 2003 – a *Coligação Lula Presidente* -.

O projeto de ajuste fiscal, reformas estruturais e de configuração da educação como um serviço não exclusivo do Estado, como um serviço público não-estatal, atravessou o governo Cardoso e está sendo aprofundado no governo Lula da Silva, através de uma nova geração de reformas neoliberais. Este projeto está expresso na *Carta ao Povo Brasileiro*, divulgada em Junho de 2002, no *Programa de Governo elaborado pela Coligação Lula Presidente* e em todas as *Cartas do Governo Brasileiro ao FMI*, desde a última *Carta* do Governo Cardoso, elaborada por Pedro Malan e Armínio Fraga Neto, até as *Cartas* encaminhadas por Antonio Palocci e Henrique Meirelles. Em relação à educação, o governo Lula da Silva vem operacionalizando a

⁶ Análises sobre a realização do Plebiscito estão disponíveis em <http://www.jubileubrasil.org.br/dividas/contajafopaga.htm> Acesso em Janeiro de 2005.

seguinte pauta de ação política: a) o estabelecimento de parcerias público-privadas para o financiamento e a execução da política educacional brasileira: do combate ao analfabetismo à educação fundamental, do ensino médio e da educação superior e b) a abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, estimulando a utilização das tecnologias da informação e da comunicação na educação, através da educação superior à distância.

É fundamental, portanto, a compreensão de que a reformulação da educação superior em curso está inserida em um processo mais amplo de reordenamento do Estado capitalista. Um processo que atravessou o governo Cardoso e está sendo aprofundado no governo Lula da Silva através do seguinte pressuposto básico: a educação está inserida no setor de serviços não exclusivos do Estado. Na medida em que a educação é um “bem público” e as instituições públicas e privadas prestam este serviço público (não estatal), será naturalizada a alocação de verbas públicas para as instituições privadas e o financiamento privado para as instituições públicas, diluindo as fronteiras entre público e privado e reduzindo a alocação de verbas públicas para a política educacional, especialmente para a educação superior⁷.

Ao final do primeiro ano do governo Lula da Silva, o superávit primário foi maior do que o acordado com o FMI: 4,3% do PIB. O resultado desta austeridade orçamentária foi a permanência da estagnação econômica e o aumento do desemprego. A tabela abaixo⁸ demonstra a destinação dos gastos federais para as áreas sociais e para o pagamento de encargos da dívida pública em 2003, evidenciando, por um lado, o privilegiamento do pagamento da dívida pública em detrimento das áreas sociais e, por outro, que os valores programados para este financiamento, ainda que reduzidos, não foram sequer executados em sua totalidade.

Governo Federal - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 2003

Itens Selecionados	Programado (R\$ mil)	Realizado (R\$ mil)	% Realizado
Segurança Pública	2.826.061	2.405.122	85,11
Assistência Social	9.240.408	8.416.353	91,08

⁷ Segundo os organismos internacionais do capital os países periféricos devem concentrar o financiamento público na educação fundamental. Em relação à educação superior, defendem o financiamento público em parceria com o privado e a implementação de cursos de curta duração ou pós-médios. Para aprofundar a análise destas políticas para a educação superior na periferia do sistema, consultar os documentos publicados pelo Banco Mundial ao longo da década de 1990 e início do novo século, especialmente o documento publicado em 1994.

⁸ Disponível em <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/> Boletim n. 09 de 02/02/04. Acesso em março de 2006.

Saúde	28.025.667	27.171.847	96,95
Educação	14.940.246	14.224.272	95,21
Cultura	353.383	231.343	65,47
Urbanismo	915.500	342.852	37,45
Habitação	370.449	122.255	33,00
Saneamento	225.233	58.683	26,05
Gestão Ambiental	2.409.727	947.750	39,33
Ciência e Tecnologia	2.133.580	1.993.197	93,42
Agricultura	9.367.547	6.505.713	69,45
Organização Agrária	1.609.738	1.429.517	88,80
Energia	4.435.304	3.905.492	88,05
Transporte	5.743.839	3.048.097	53,07
TOTAL DOS GASTOS SOCIAIS	82.596.682	70.802.493	85,72
SERVIÇO DA DÍVIDA	167.331.866	132.491.140	79,18
Serviço da Dívida Interna	136.327.172	107.579.138	78,91
Serviço da Dívida Externa	31.004.694	24.912.002	80,35

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal e Outros Demonstrativos - www.stn.fazenda.gov.br. Obs: O serviço da dívida externa refere-se à dívida externa pública.

No início de 2004, o governo anunciou uma nova restrição à liberação de recursos no valor de R\$ 6 bilhões, bem como manteve a meta de superávit de 4,25% do PIB para pagamento (de parte dos juros) das dívidas. Ao final de 2004, o governo federal destinou R\$ 11.017.600 para financiamento da política educacional e R\$ 124.119.549 para o serviço da dívida, conforme o quadro abaixo indicado⁹.

Governo Federal - Relatório Resumido da Execução Orçamentária – 2004

Itens Selecionados	Programado para o ano (R\$ mil)	Realizado até novembro (R\$ mil)	% Realizado
Segurança Pública	3.064.212	1.994.474	65,09
Assistência Social	13.237.982	12.125.636	91,60
Saúde	33.562.793	26.941.169	80,27
Educação	14.932.897	11.017.600	73,78
Cultura	425.263	185.653	43,66
Urbanismo	1.276.434	577.932	45,28
Habitação	568.613	179.714	31,61
Saneamento	184.961	7.207	3,90
Gestão Ambiental	1.526.564	770.375	50,46
Ciência e Tecnologia	2.701.097	1.825.207	67,57
Agricultura	12.187.809	6.057.583	49,70
Organização Agrária	2.619.365	1.438.001	54,90
Energia	727.501	251.492	34,57
Transporte	4.420.145	1.876.992	42,46
TOTAL DOS GASTOS SOCIAIS	91.435.636	65.249.035	71,36

⁹ Disponível em <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/> Boletim n. 11 de 05/01/05. Acesso em março de 2006.

SERVIÇO DA DÍVIDA	190.772.647	124.119.549	65,06
Serviço da Dívida Interna	142.688.769	100.201.717	70,22
Serviço da Dívida Externa	48.083.878	23.917.832	49,74

Fonte: Banco Central e Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal e Outros Demonstrativos - www.stn.fazenda.gov.br. Obs: O serviço da dívida externa refere-se à dívida externa pública.

Em 2005, este quadro não foi alterado.

“O ano de 2005 foi mais um ano de sacrifício para o povo brasileiro: recorde de arrecadação de tributos; recorde de contingenciamento de investimentos e gastos públicos, tudo para se cumprir e superar a estéril meta de superávit primário (...) Todas estas **dívidas - interna e externa** - implicaram no pagamento de um serviço (ou seja, a soma dos juros e do principal destas dívidas), pela esfera federal, de **R\$ 139 bilhões** em 2005, bem mais que os **R\$ 99 bilhões gastos com a SOMA de todas estas áreas sociais**: Saúde, **Educação**, Assistência Social, Agricultura, Segurança Pública, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Organização Agrária, Energia e Transporte” (grifo nosso).¹⁰

Ao final de 2005, o governo Lula da Silva anunciou a antecipação, para dezembro daquele ano, do pagamento de US\$ 15,5 bilhões ao Fundo Monetário Internacional, que deveriam ser pagos até 2007. Este pagamento antecipado, entretanto, não significa ruptura com a agenda neoliberal negociada entre o Fundo e o governo brasileiro¹¹. Para 2006, o indicativo é de continuidade e aprofundamento do corte de financiamento público para as áreas sociais, na medida em que o governo coloca na pauta política o dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias que implementa a proposta do deputado Delfim Netto (PP/SP) para promover o déficit nominal zero, isto é, a desvinculação das receitas, principalmente dos programas da área social. Estes dados indicam que o Projeto de Lei Orçamentária/2006 prioriza, mais uma vez, o ajuste fiscal em detrimento do financiamento público das políticas sociais, criando as bases de fundamentação política e jurídica, através de Leis, Decretos e Medidas Provisórias, para o estabelecimento das parcerias público-privado e, conseqüentemente, ampliando o processo de privatização e empresariamento da educação, em especial da educação superior brasileira.

Conversão da dívida por investimento em educação: considerações para o debate.

¹⁰ Disponível em <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/> Boletim n. 14 de 14/02/06. Acesso em março de 2006.

¹¹ Para aprofundar estas análises, consultar Fattorelli, 2005.

É neste contexto que a proposta de conversão da dívida por investimento em educação é apresentada. Esta proposta foi sistematizada em novembro de 2003, pela UNESCO, através do documento *Conversão de Dívida por Educação*¹². O documento relata que esta proposta foi apresentada na Conferência Geral da UNESCO daquele ano, no Encontro Ministerial da Organização dos Estados Americanos/OEA e no Encontro da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a educação, a ciência e a cultura/OEI e está pautada na concepção destes organismos sobre a necessidade do “alívio à pobreza extrema” e a importância de investimento em educação para criação de um clima de coesão ou pacto social em torno das reformas estruturais elaboradas, difundidas e monitoradas nos países periféricos por estes mesmos organismos internacionais¹³.

“O reconhecimento da insustentabilidade da dívida dos países em desenvolvimento já foi feito pelas instituições de Bretton Woods (i.e. Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), ao lançarem a Iniciativa HIPC (Países Pobres Altamente Endividados), que visa à redução do endividamento externo de países pobres, colocando a questão da redução da dívida no marco mais amplo de combate à pobreza” (UNESCO, 2003).

Uma das principais argumentações da UNESCO em relação à conversão da dívida por investimentos em educação está assim expressa:

“A troca de uma pequena parcela da dívida por investimentos em educação aumenta a capacidade do país devedor em honrar o restante da dívida no longo-prazo. A lógica por trás desta afirmação é a seguinte: pesquisas empíricas nas ciências econômicas já demonstraram há muito tempo que o nível de educação (anos de escolaridade + qualidade do ensino) representa, no longo-prazo, um fator central para a determinação da taxa de crescimento econômico (...) Ademais, a melhoria educacional implica em um processo de crescimento baseado no aumento da produtividade interna, o que aumenta a capacidade nacional de realizar superávits comerciais, melhorando o perfil das contas públicas” (UNESCO, 2003, grifos nossos).

Fica evidente que a defesa da conversão da dívida por investimentos em educação está baseada em dois elementos centrais: a necessidade de que os países devedores, segundo a concepção dos organismos internacionais, assumam, ainda que parcialmente, o pagamento das dívidas e uma concepção de educação nos marcos, tanto da

¹² Para conhecer o documento na íntegra, acessar <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/unescodividaporeeducacao.pdf> Acesso em dezembro de 2005.

¹³ As primeiras experiências de conversão de parte da dívida externa em investimentos educacionais (*debt for education swap*) foram realizadas na década de 1990, no âmbito das opções admitidas pelo *Clube de Paris* (UNESCO, 2003).

produtividade econômica, como da coesão ou pacto social em torno do projeto burguês de sociabilidade.

Em Janeiro de 2005, durante o 29º *Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação*, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação/CNTE lança, oficialmente, o movimento pela conversão da dívida externa em recursos para a educação¹⁴. Esta proposta é incorporada pelo MEC e, em 23 de junho de 2005, o então Ministro da Educação, Tarso Genro, lança, em Brasília, o *Comitê Social da Conversão da Dívida em Educação*, responsável pela análise de modalidades de conversão da dívida brasileira por investimentos em educação¹⁵. Argumentando com a possibilidade de “promover enfoques inovadores para o financiamento da educação – incluindo o serviço sustentável da dívida (ou mesmo seu alívio)”, o documento síntese lançado em Brasília, intitulado *Conversão de partes do serviço da dívida externa por investimentos em educação*¹⁶, apresenta as seguintes modalidades de conversão: perdão de parcela da dívida, com o compromisso do país devedor de que investirá em educação; compra, por investidores privados, de títulos da dívida; rolagem da dívida e operação triangular, isto é, o credor aceita refinanciar ou perdoar partes da dívida de um ou dos dois países mediante a prestação de cooperação educacional de um deles em benefício de outro.

Em 28 de junho de 2005, o MEC organiza, em São Paulo, o *Seminário Educação e Investimento: Conversão da Dívida para o Desenvolvimento*. A partir desta data, vários eventos são realizados sobre a temática e contam com a presença e o apoio do governo brasileiro: em outubro, a 33ª Conferência Geral da Unesco aprova formalmente a proposta de conversão; no mesmo mês de outubro, a Cúpula de Salamanca (Espanha), reunindo os chefes de estado e governo dos países ibero-americanos, assume o compromisso de buscar o maior apoio possível junto a credores bilaterais (governos) e multilaterais (organismos financeiros) para a conversão da dívida externa por investimentos em educação; em novembro, durante a 4ª. Cúpula das Américas e em dezembro, na 6ª Reunião de ministros da Educação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa, Portugal, a temática da conversão da dívida é novamente apresentada.

¹⁴ Informações disponíveis em <http://www.cnte.org.br/> Acesso em dezembro de 2005.

¹⁵ A listagem das entidades que compõem este comitê está disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=454&Itemid=625> Acesso em dezembro de 2005.

¹⁶ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/sinteseconversaodadivida.pdf> Acesso em dezembro de 2005.

Estes debates estão absolutamente afinados com as propostas dos países centrais para o “alívio da pobreza” no contexto mundial. Uma importante referência destas propostas ocorreu na Cúpula de Gleneagles, na Escócia, em 2005, quando os países do G-8 (Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra, Japão, Itália e Canadá e a Rússia) decidiram pelo “alívio” da dívida dos países periféricos, em particular dos países africanos. Na oportunidade, os principais países membros do Clube de Paris anunciaram sua “disposição” em aumentar a “ajuda ao desenvolvimento” (incluindo a educação) em US\$ 50 bilhões de dólares até 2010. Tal “disposição” foi saudada, em declaração conjunta, pelos chefes de estado e/ou de governo do Brasil, China, Índia, México e África do Sul, participantes da Cúpula do G8 em Gleneagles¹⁷, desconsiderando que ações no sentido de “aliviar” a dívida dos países supostamente devedores estão sendo propostas pelos países centrais desde a crise da dívida da década de 1980, sem alterar a histórica apropriação dos excedentes econômicos produzidos pelos trabalhadores dos países periféricos. Cabe ressaltar que a proposta de conversão de parte da dívida em financiamento da educação está articulada à *Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados (PPMI)* criada em 1996 pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Somente em 2005, esta *Iniciativa PPMI* foi rearticulada e complementada com a *Iniciativa para o Alívio da Dívida Multilateral (IADM)* envolvendo o FMI, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento (FafD). Para integrar estas “Iniciativas” os países devedores, segundo concepção dos organismos internacionais, devem:

“1) enfrentar una situación de endeudamiento insostenible, que supera el alcance de los mecanismos de alivio de la deuda tradicionalmente disponibles; 2) **establecer una trayectoria satisfactoria de reforma y aplicación de políticas económicas adecuadas en el marco de programas respaldados por el FMI y el Banco Mundial**; y 3) haber elaborado un documento estrategia de lucha contra la pobreza (DELP), siguiendo un proceso participativo de base amplia (basta una estrategia provisional para iniciar el proceso)” (grifos nossos).¹⁸

Os movimentos que compõem a *Campanha Jubileu Brasil* apresentam duas importantes críticas em relação à proposta de conversão da dívida externa em investimentos à educação: em primeiro lugar, considera que a proposta acaba por

¹⁷Disponível em http://www.mct.gov.br/clima/brasil/pdf/declara%C3%A7%C3%A3o_chefes_de_estado.pdf Acesso em dezembro de 2005.

¹⁸ As propostas do FMI para “alívio da pobreza” nos países periféricos estão disponíveis em <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/spa/hipcs.htm> Acesso em março de 2006.

reconhecer a dívida pública dos países periféricos como legítima. Para o conjunto de entidades que compõem a *Campanha*, aceitar a conversão da dívida significa concordar com o argumento dos países centrais de que somos, de fato, devedores. Um segundo aspecto diz respeito às condições impostas pelos países credores durante as negociações desta conversão, isto é, em que medida a conversão só acontecerá de acordo com as condicionalidades impostas por cada país credor e/ou cada organismo internacional, representantes dos interesses do capital internacional, especialmente no que se refere às reformas econômicas “respaldadas pelo FMI e pelo Banco Mundial”, como destacou o próprio documento elaborado pelo FMI acima mencionado.

Além destes elementos fundamentais, a *Campanha Jubileu Brasil* analisa que, na realidade, quando os países credores indicam a possibilidade de cancelamento de parte da dívida, omitem que (i) a dívida pública dos países periféricos já foi paga; (ii) os países devedores que poderão ter suas dívidas parcialmente canceladas são aqueles que estão com o pagamento da dívida atualizado, critério que ratifica a lógica de submissão dos países periféricos aos ditames dos países centrais; (iii) as condicionalidades impostas pelos organismos internacionais serão mantidas: os governos dos países supostamente devedores deverão se comprometer com uma agenda econômica e política que mantenha as privatizações dos serviços públicos, a liberalização indiscriminada do mercado e do comércio, a abertura das economias e os investimentos estrangeiros como eixos norteadores; (iv) a proposta do G8 cobre somente 38 de mais de 160 países do Sul vergados por dívidas reclamadas pelos financiadores internacionais; (v) os valores a serem cancelados são mínimos quando comparados com a arrecadação dos países do G8 e das instituições financeiras internacionais.

Em 06 de dezembro de 2005, a *Campanha Jubileu Brasil* realizou, no Rio de Janeiro, o *Seminário Nacional Os Desafios para da Dívida Externa e Interna para a Sociedade Civil* com o objetivo de debater como o endividamento está afetando o Emprego, o Meio Ambiente, o Modelo Tributário, a Previdência, a Taxa de Juros e os Direitos Sociais: Saúde, Educação, Moradia, Segurança, entre outros. A auditoria da dívida foi defendida pelas entidades presentes no *Seminário* como um instrumento tático, visando, tanto à desconstrução da concepção historicamente difundida pelos organismos internacionais e pelos diferentes governos de que o Brasil é um país devedor e de que o cancelamento da dívida levaria o país para o caos econômico, político e social, como a reafirmação do princípio de que somos credores e não devedores.

Concluo reafirmando que a análise do financiamento da educação brasileira e, especialmente, da educação superior, deve partir da consideração dos principais condicionantes da relação estabelecida entre a opção política dos governos Cardoso e Lula da Silva em manter o pagamento da dívida pública brasileira e a sistemática diminuição da verba pública para financiamento deste nível de ensino. Compreender de que forma e com que conteúdo o padrão compósito de hegemonia burguesa atravessa e constitui o atual bloco no poder e como a atual política de governo vem aprofundando a inserção capitalista dependente do Brasil na economia mundial são tarefas urgentes.

No que se refere especificamente a educação superior, trata-se de apreender como a questão do financiamento vem se constituindo como o núcleo central da reformulação da educação superior em curso. As ações que estão sendo conduzidas pelo governo Lula da Silva, principalmente o ProUni, a Lei de inovação tecnológica, o Decreto de regulamentação das fundações de direito privado no interior das instituições federais de ensino superior, a compra de pacotes tecnológicos para realização da educação superior à distância e a Lei de parceria público-privado, operacionalizam a sistemática diminuição da verba pública para financiamento das educação superior e criam as bases de fundamentação política e jurídica para garantir a remessa do excedente econômico produzido pelos trabalhadores brasileiros para a acumulação do capital internacional, através do pagamento de parte dos juros da dívida pública e, simultaneamente, ampliar o campo de atuação do empresariado da educação superior em sua dupla face, nacional e internacional.

Bibliografia Utilizada

- AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. Boletim n. 05 de 14/02/03. Disponível em Disponível em <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/> Acesso em março de 2006.
- _____. Boletim n.09 de 02/02/04. Disponível em Disponível em <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/> Acesso em março de 2006.
- _____. Boletim n. 11 de 05/01/05. Disponível em Disponível em <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/> Acesso em março de 2006.
- _____. Boletim n. 14 de 14/02/06. Disponível em Disponível em <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/> Acesso em março de 2006.
- BANCO MUNDIAL. (1994). *La enseñanza superior- las lecciones derivadas de la experiencia*. Washington, 1994. Disponível em www.bancomundial.org.br Acesso em fevereiro de 2002.
- BRASIL/MARE. Ministério da Administração e Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*. (1995). Disponível em https://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/plandi.htm Acesso em Março de 2005.
- BRASIL/MCT. Ministério da Ciência e Tecnologia. (2003). *Declaração Conjunta dos Chefes de Estado e/ou de Governo do Brasil, China, Índia, México e África do Sul*

- participantes da Cúpula do G8 em Gleneagles.* Disponível em http://www.mct.gov.br/clima/brasil/pdf/declara%C3%A7%C3%A3o_chefes_de_estado.pdf Acesso em dezembro de 2005.
- BRASIL/MEC. Ministério da Educação. (2003) *Comitê Social da Conversão da Dívida em Educação.* Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=452&Itemid=623> Acesso em dezembro de 2005.
- _____. (2003). *Conversão de partes do serviço da dívida externa por investimentos em educação.* Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/sinteseconversaodadivida.pdf> Acesso em dezembro de 2005.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO/CNTE. *A verdadeira dívida é com a educação.* Disponível em <http://www.cnte.org.br/> Acesso em dezembro de 2005.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos.* SP: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006 (Série Polêmicas,4).
- FATTORELLI, Maria Lucia. (2005) *Contradição inexplicável: Por que o governo Lula acelera endividamento caro e quita antecipadamente dívida bem mais barata?* Disponível em <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/> Acesso em março de 2006.
- FERNANDES, Florestan. (1968) *Sociedade de classes e subdesenvolvimento.* RJ: Zahar, 1968.
- _____. (1975) *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.* 2ª. Ed. RJ: Zahar Editores, 1975.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *Alívio de la deuda en el marco de la Iniciativa para los Países Pobres muy Endeudados (PPME)* Disponível em <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/spa/hipcs.htm> Acesso em março de 2006.
- HARVEY, David. (2004) *Neoliberalismo e restauração do poder de classe.* Disponível em http://resistir.info/varios/neoliberalismo_ago04_port.html Acesso em março de 2006.
- JUBILEU BRASIL. (2005) *Dívida externa: a conta já foi paga.* Disponível em <http://www.jubileubrasil.org.br/dividas/contajafoipaga.htm> Acesso em janeiro de 2005.
- LEHER, Roberto. (1998). *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza.* Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Educação da USP, SP, 1998.
- SILVA JR., João dos Reis e SGUISSARD, Valdemar. (1999). *Novas faces da educação superior no Brasil. Reforma do Estado e mudança na produção.* Bragança Paulista: EDUSF, 1999.
- UNESCO. (2003) *Conversão da dívida por educação. Documento estratégico.* Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/unescodividaporeeducacao.pdf> Acesso em dezembro de 2005.